

ESTREITANDO OS LAÇOS ENTRE CIDADÃS E CIDADÃOS E OS PODERES LEGISLATIVOS

2º ENCONTRO DA REDE DE
PARLAMENTO ABERTO





Com o intuito de reduzir nossa pegada ecológica, disponibilizamos os documentos, recursos e publicações do encontro em www.parlamericas.org. Para um acesso fácil e rápido em celulares e tablets, sugerimos o download e a utilização de aplicativos leitores de códigos QR.

Este encontro foi realizado graças ao apoio da Assembleia Legislativa da Costa Rica, e do Governo do Canadá através do Ministério das Relações Exteriores (Global Affairs Canada, em inglês)



PARLAMERICAS



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, da prestação de contas, da participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas é composto pelas **LEGISLATURAS NACIONAIS** dos Estados membros da OEA da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe.



ParlAmericas apoia as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando em favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas tem sede em **OTTAWA, CANADÁ**



2º ENCONTRO DA REDE DE PARLAMENTO ABERTO

#OPN2017

TEMA

Estreitando os laços entre e os poderes legislativos

DATA

16 e 17 de março de 2017

SEDE

San José, Costa Rica

PARTICIPANTES

Mais de 70 parlamentares e representantes da sociedade civil de 25 países

O 2º Encontro da Rede de Parlamento Aberto (RPA), organizado em conjunto com a Assembleia Legislativa da Costa Rica, teve como objetivo dar continuidade à implementação do [Roteiro para a Abertura Legislativa do ParlAmericas](#), que se concentra na definição de estratégias que permitam a participação efetiva das cidadãs e dos cidadãos nos processos de tomada de decisão legislativa.

Parlamentares de todo o hemisfério se encontraram em San José (Costa Rica) para compartilhar seus pontos de vista sobre como implementar as práticas coletivas de criação tradicionalmente associadas ao desenvolvimento de planos de ação para a abertura legislativa, partindo das agendas até a elaboração de leis, por meio da supervisão de sua aplicação através de mecanismos tanto presenciais como on-line.

O encontro começou com as palavras de boas vindas proferidas pela deputada **Karla**

Prendas (Costa Rica), na condição de anfitriã, e pelo deputado **José Alberto Alfaro Jiménez**, presidente interino da Assembleia Legislativa (Costa Rica), seguido pela senadora **Marcela Guerra** (México), Presidente do ParlAmericas, pelo Senador **Hernán Larraín** (Chile), Presidente da RPA, pela deputada **Ligia Fallas** (Costa Rica), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas, e por **Pablo Collada**, Diretor da [Cidadão Inteligente](#), a organização que coordena a [Rede Latino-Americana de Transparência Legislativa](#) (RLTL; link em espanhol).

Em seguida, as legisladoras e os legisladores participaram de uma sessão de trabalho facilitada pela ex-parlamentar **Guadalupe Valdez** (República Dominicana), onde discutiram como a oferta de opções de participação cidadã no processo legislativo poderia melhorar a confiança da população no parlamento, o interesse pela política e a percepção de uma

representação efetiva. Em seguida, um painel de especialistas participou de apresentações sobre as formas de realização desses esforços através da OGP.

O senador **Hernán Larraín** (Chile), presidente da RPA, divulgou a nova Política de Engajamento Legislativo (OGP [Legislative Engagement Policy](#) - link em inglês), que encoraja a apresentação de compromissos para a transparência legislativa como parte dos Planos de Ação Nacionais (PANs) da OGP. Scott Hubli, diretor de programas de governança do [Instituto Nacional Democrata](#) (NDI; link em inglês), explicou como os governos e parlamentos em todo o mundo têm implementado os Padrões de Co-criação do OGP enquanto Agustina De Luca, diretora transparência legislativa do [Diretório Legislativo](#) (link em espanhol), explorou o papel da sociedade civil no desenvolvimento e implementação dos PANs do OGP.

Em uma segunda sessão de trabalho em conjunto com o [GovLab](#) (link somente em inglês) facilitada por **Cristiano Ferri**, diretor do [Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados do Brasil](#), as participantes e os participantes consideraram as etapas do processo legislativo onde as contribuições das cidadãs, dos cidadãos e da sociedade civil podem ser mais valiosas e eficazes para assegurar um processo decisório participativo e inclusivo. Durante o debate, que foi estruturado através de [questões-guia para incorporar a participação cidadã no quadro legislativo](#) (em espanhol), as participantes e os participantes discutiram o envolvimento da cidadania, o seu valor, quando é mais produtivo, os métodos e mecanismos que podem ser utilizados e as plataformas onde sua realização é possível.

Durante o segundo encontro da RPA, o ParlAmericas assinou um **MEMORANDO DE ENTENDIMENTO** com a RLTL, que expressa o compromisso da rede de colaborar com a sociedade civil, buscando promover a transparência legislativa em todo o hemisfério.



PABLO COLLADA, diretor da Cidadão Inteligente, organização que co-ordena a RLTL

“Nesta ocasião, assinamos um Memorando de Entendimento entre a Rede Latino-Americana de Transparência Legislativa e a ParlAmericas, que representa um lembrete de que temos os mesmos objetivos e devemos continuar trabalhando para reduzir os espaços entre os representantes e os representados.”

O encontro promoveu uma variedade de novas ferramentas, programas e processos legislativos que estimulam o envolvimento das cidadãs e dos cidadãos nos órgãos legislativos.

⇒ **Aplicativo “Mi Senado” (Senado da Colômbia)** – Esse [aplicativo móvel](#), apresentado pelo Senador **Maurício Lizcano**, Presidente do Senado (Colômbia), permite às cidadãs e aos cidadãos observar o comparecimento e a votação nas sessões plenárias em tempo real, além de lhes conceder a possibilidade de votar para expressar suas opiniões sobre os debates legislativos apresentados em plenário. O aplicativo também funciona como uma ferramenta educativa para as cidadãs e cidadãos e fornece acesso rápido às informações de contato dos senadores, bem como seus respectivos perfis nas redes sociais.



⇒ **Participação Cidadã na Assembleia Nacional do Suriname** – **Jennifer Simons**, Membro e Presidenta da Assembleia Nacional do Suriname, explicou que no seu país foram adotadas [diferentes medidas](#) para aumentar a transparência e educar a juventude sobre o trabalho realizado pela Assembleia Nacional. Além de modernizar seu site para fornecer informações legislativas mais aprofundadas, a Assembleia Nacional criou uma página dedicada aos jovens com três jogos de tabuleiro para que se familiarizem com o trabalho parlamentar de uma forma interativa e divertida. Além do mais, um canal de TV foi inaugurado recentemente e foram promovidos eventos de visitação à sede do Parlamento, além do desenvolvimento de um aplicativo móvel para facilitar o acesso à informação parlamentar.

⇒ **Aplicando uma Perspectiva de Gênero à Legislação na Assembleia Legislativa da Costa Rica** - A Assembleia Legislativa da Costa Rica institucionalizou uma tríade de mecanismos para promover uma maior participação das mulheres, bem como a inclusão de implicações de gênero em todos os debates legislativos. Haydeé Hernandez, chefe da Unidade Técnica para a Igualdade de Gênero e Equidade da Assembleia Legislativa da Costa Rica, descreveu como esse órgão, em colaboração com o Comitê Permanente Especial sobre Mulheres e o Grupo das Mulheres Parlamentares, realiza pesquisas, solicita informações, cria estratégias de advocacia e monitora o impacto da legislação com perspectiva de gênero (dentre outras abordagens), para assegurar um processo de tomada de decisões que seja participativo e inclusivo quanto às questões de gênero.

A última sessão de trabalho do encontro foi dedicada a um exercício prático que teve como facilitadora **Hannia Vega**, assessora da Assembleia Legislativa da Costa Rica. Nela, legisladoras, legisladores e representantes da sociedade civil trabalharam juntos para criar uma solução para um caso hipotético e refletiram sobre os benefícios e desafios desse processo colaborativo. O caso envolvia a implementação efetiva de leis de acesso à informação - um elemento central para a participação das cidadãs e dos cidadãos, onde as participantes e os participantes receberam a orientação de **Lemarque Campbell**, presidente do subcomitê de Políticas do [Citizens for a Better Bahamas](#) (link em inglês), e da Dra. **Magaly McLean**, advogada do [Departamento de Direito Internacional da Organização dos Estados Americanos \(OEA; link em espanhol\)](#), o qual desenvolveu uma [Lei Modelo Interamericana sobre o Acesso à Informação Pública](#) (em espanhol) e presta assistência técnica por meio de seu [Programa interamericano sobre Acesso à Informação Pública](#) (em espanhol).

“Além de poder acessar a informação, as cidadãs e os cidadãos devem ser capazes de entender a informação que recebem, especialmente sobre como funciona o processo para aprovação das leis”.



JENNIFER SIMONS
(Suriname), Membro e
Presidenta da Assembleia
Nacional

A ALIANÇA PARA O GOVERNO ABERTO (OGP, em inglês) é uma iniciativa multilateral lançada em 2011 que inclui 75 países com o objetivo de obter compromissos concretos dos governos para promover a transparência, capacitar as cidadãs e os cidadãos, combater a corrupção e aproveitar as novas tecnologias para fortalecer a governança. Tais compromissos devem ser adotados através de Planos de Ação Nacional (PANs) celebrados entre os governos e a sociedade civil em conformidade com os [Padrões de Co-Criação do OGP](#) (em espanhol), que são renovados a cada dois anos.

Desde outubro de 2016, os legislativos dos países do OGP estão convidados a elaborar um plano de ação legislativo para inclusão no próximo PAN de seu país ou como um capítulo separado dentro do seu PAN, de acordo com a Política de Envolvimento legislativo sob o OGP ([OGP Legislative Engagement Policy](#)) (em inglês)

PRINCIPAIS FATORES PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DE LEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Destacados por parlamentares e representantes da sociedade civil presentes no encontro:

- ⇒ Estabelecimento de um órgão executivo independente, encarregado de implementar processos de sanção
- ⇒ Alocação de recursos orçamentários para garantir a efetiva implementação das leis
- ⇒ Consideração das normas internacionais sobre acesso a informações e proteção de leis de acesso a informações, bem como dos padrões éticos (ou seja, a exigência de divulgar patrimônios e rendimentos)
- ⇒ Realizar uma avaliação periódica da implementação das leis para determinar se elas estão efetivamente atingindo seus objetivos
- ⇒ Desenvolvimento de programas de treinamento e comunicação a respeito da implementação das leis tanto para funcionários públicos quanto para cidadãos e cidadãs
- ⇒ Participação da sociedade civil na elaboração das leis e na avaliação da sua efetividade

“A democracia só é possível quando as autoridades prestam contas e quando há organismos garantidores que permitem que isso se torne realidade e que a lei seja cumprida. Só então poderemos ver cidadãs e cidadãos numa situação de empoderamento e integração com as decisões que tomamos a partir do legislativo... O importante é avançar e continuar a dar passos na direção certa”.



Senador **HERNÁN LARRAÍN** (Chile), presidente da Rede Parlamento Aberto



Deputada **MAYRA ENRÍQUEZ** (México)

“A primeira coisa que devemos compreender é se a desconfiança sobre as instituições é uma causa ou uma consequência da ausência de participação cidadã, porque queremos combater essa desconfiança com a participação das cidadãs e dos cidadãos, mas é difícil acreditar que possam participar de algo em que não acreditam”.

O encontro foi encerrado com a adoção de uma [declaração de compromisso](#) (em espanhol) reconhecendo que a participação das cidadãs e dos cidadãos consitui um princípio fundamental para a democracia, e que seu objetivo é garantir que cidadãs e cidadãos sejam informados, engajados e participem ativamente do processo de tomada de decisão pública, comprometendo-se a:

- ⇒ Promover a adoção de marcos regulatórios e organismos que garantam o acesso à informação pública e a participação efetiva das cidadãs e dos cidadãos no processo legislativo
- ⇒ Assegurar a institucionalização de espaços para que as cidadãs e os cidadãos contribuam no processo de tomada de decisão, seja pessoalmente ou através de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das redes sociais
- ⇒ Disseminar os direitos das cidadãs e dos cidadãos relativos à participação, bem como a respectiva importância no fortalecimento da democracia e os mecanismos que a viabilizam



Senadora **MARCELA GUERRA**
(México), presidenta da
ParlAmericas

“Um parlamento aberto busca ter uma maior transparência e um melhor acesso à informação e prestação de contas, bem como adotar outros componentes para obter uma efetiva participação cidadã, como o uso de novas tecnologias para se tornar mais receptivo, inovador e eficaz no trabalho para as pessoas”.

DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO PERU

As participantes e os participantes do 2º. Encontro da RPA assinaram uma [declaração de solidariedade ao Peru](#) (em espanhol) para apresentar suas condolências e seu apoio pelas perdas humanas e danos materiais causados pelas fortes chuvas, inundações e deslizamentos de terra.

“A conexão com as cidadãs e os cidadãos através das tecnologias da informação e da comunicação é crucial. Mas precisamos estar conscientes da exclusão digital, pois os mais vulneráveis podem não ter acesso a essas tecnologias e continuar recorrendo ao rádio e à TV. (Essa conexão) nos permite ter um debate melhor e uma tomada de decisão mais inclusiva e contribui para a implementação de leis, já que quando cidadãs e cidadãos participam do processo, eles se comprometem, e se tudo estiver adequado, pode-se incluir os direitos das minorias”.



Membro do Parlamento
RANDY BOISSONNAULT
(Canadá)



CECILIA RODRÍGUEZ,
representante da
organização Costa
Rica Íntegra

“O olhar das cidadãs e dos cidadãos reflete interesses distintos da visão de suas e seus representantes e, por isso, num bom exercício participativo, transparente e democrático, sua perspectiva é fundamental”.

“Creio que o mais importante é o fato de que, uma vez que as cidadãs e os cidadãos têm acesso à informação, cresce sua confiança. Isso dissipa qualquer percepção de irregularidades causadas pelo governo. Assim, pode-se ver como esta [legislação de acesso à informação] é uma ferramenta eficaz não só para envolver os cidadãos e cidadãs, mas também para fazer com que participem do processo de tomada de decisão”.



LEMARQUE CAMPBELL,
presidente do
Subcomitê de
Políticas, Citizens
for a Better
Bahamas

“Diante do caráter transversionalizado das questões de gênero, a exposição das mulheres políticas e os desafios que elas enfrentam são questões que precisam ser visíveis, abordadas e conscientizadas no âmbito de um Parlamento Aberto, e esse exemplo precisa vir de quem estiver engajado com a política, seja homens ou mulheres”.



Deputada
KARLA PRENDAS (Costa Rica),
anfitriã do encontro

Maximizando o uso das redes sociais para promover a participação cidadã

DATA

15 de março de 2017

SEDE

San José, Costa Rica

PARTICIPANTES

34 parlamentares representando 19 países

Esta sessão de capacitação, desenvolvida no âmbito do 2º. Encontro da RPA, focalizou a utilização das redes sociais para melhorar a comunicação com o eleitorado. Na sessão, o facilitador **Sebastian de Lara Gomís**, Sócio Gerente da [Navegação Política](#) (link em espanhol), apresentou estratégias para o uso efetivo das redes sociais, tais como Facebook, Twitter, Instagram e Snapchat. As legisladoras e os legisladores também exploraram estratégias para enfrentar desafios comuns, tais como os ataques on-line coordenados e perpetrados por opositores políticos, e os comentários negativos e incomodados vindos de cidadãos e cidadãs. A sessão foi finalizada com uma discussão para troca de experiências sobre o assédio on-line dirigida às parlamentares e aos parlamentares e as medidas que podem ser tomadas para promover a igualdade de gênero e prevenir ataques on-line por motivos pessoais e de

“Logo após esta oficina, criei uma página pública no Facebook. E através dos meus perfis nas redes sociais, implementei uma iniciativa de comunicação e mobilizei pessoas para participarem de uma sessão de treinamento para capacitação de mulheres que vai ocorrer em São Cristóvão e Nevis ”.



Representante Hon.
HAZEL BRANDY-WILLIAMS
(São Cristóvão e Nevis), Ministra do Desenvolvimento Social, Desporto, Assuntos de Gênero, Sociais e da Juventude, Relações Comunitárias, Controle de Importação e Exportação e Unidade de Outorgas e Licenciamento



Deputada
JIMENA COSTA

“Para mim, o Facebook tem sido de grande ajuda para compartilhar informações com as cidadãs e os cidadãos. Ele serve para que eu divulgue as causas pelas quais atuo, como a questão ambiental. Isso me permite estabelecer uma rede de pessoas que apoiam e comentam questões relacionadas, o que me é muito útil ”.

MELHORES PRÁTICAS PARA USO DAS REDES SOCIAIS POR PARLAMENTARES

Na seção dedicada ao tema Parlamento Aberto do site do [ParlAmericas](#) é possível encontrar um [ajuda memória](#) (em espanhol) más detallada sobre este tema.

1. Compreender o alcance e o impacto das redes sociais
2. Iniciar um debate político participativo
3. Engajar-se em diálogos em tempo real e produzir conteúdo
4. Criar confiança
5. Seguir as atividades ou notícias de opositores em suas redes sociais
6. Manter uma rede de seguidores sem a presença de trolls, estabelecendo limites, e ser um membro respeitoso e ativo em sua comunidade
7. Assumir posturas e posições contra a violência online baseada em gênero
8. Enxergar comentários negativos como uma oportunidade para demonstrar conhecimento e profissionalismo

PAÍSES REPRESENTADOS NO ENCONTRO

ANTÍGUA E BARBUDA



CHILE



DOMINICA



GUIANA



PANAMÁ



SANTA LÚCIA



ARGENTINA



COSTA RICA



EQUADOR



HONDURAS



PERU



SÃO VICENTE E AS GRANADINAS



BOLÍVIA



COLÔMBIA



EL SALVADOR



JAMAICA



REPÚBLICA DOMINICANA



SURINAME



CANADÁ



CUBA



GUATEMALA



MÉXICO



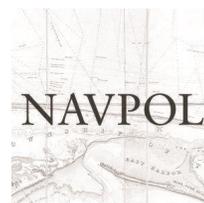
SÃO CRISTÓVÃO E NEVIS

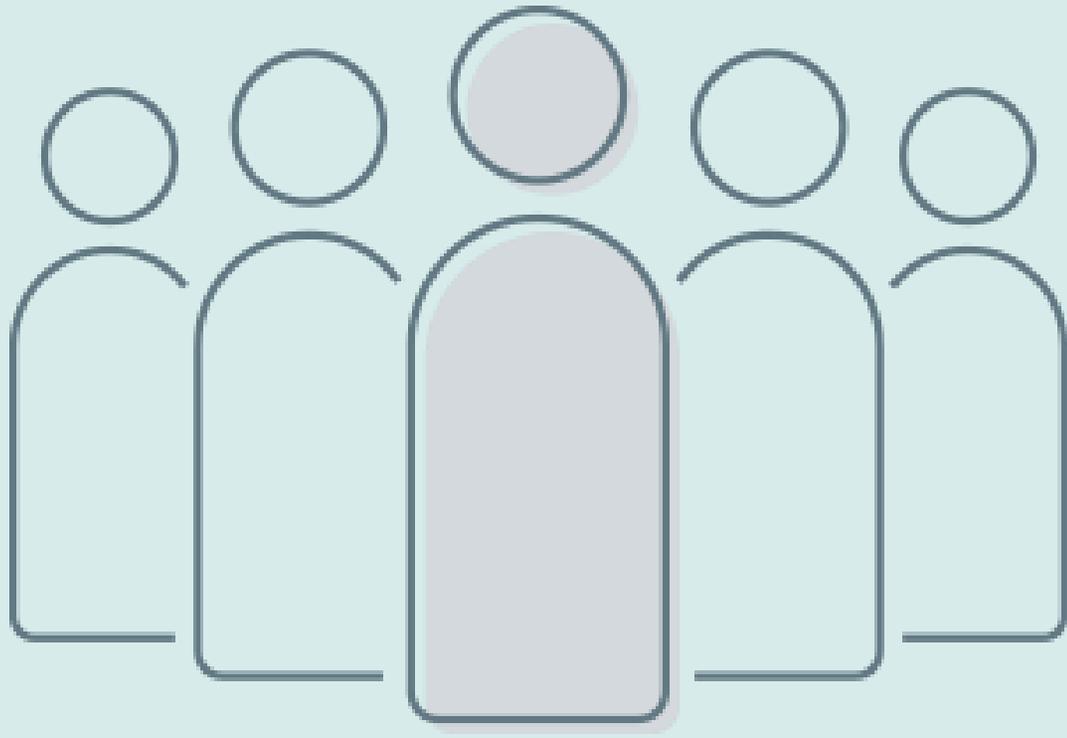


VENEZUELA



ORGANIZAÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ENCONTRO





Secretaria Internacional do ParlAmericas
710—150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá
Telephone: +1 (613) 594-5222 | Fax: +1 (613) 594-4766
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

